

A photograph of a water tower and a walkway with a metal railing against a blue sky with light clouds. The tower is white and cylindrical, with a dark ladder-like structure on its side. The walkway is elevated and has a dark metal railing with a red handrail.

ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



# 2017

## RELATÓRIO E CONTAS

Águas da Azambuja, S.A.

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	2
SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES .....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	6
Breve Historial .....	6
Estrutura Acionista .....	7
Órgãos Sociais .....	7
OBJETO DA SOCIEDADE .....	8
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	9
Missão .....	9
Visão .....	9
Valores .....	9
Objetivos Estratégicos .....	9
SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2017 .....	11
ENVOLVENTE EXTERIOR .....	11
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	11
ENQUADRAMENTO DO SETOR 2017 .....	13
ENQUADRAMENTO LOCAL .....	17
Recursos Humanos .....	19
Regras Societárias .....	20
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017 .....	20
Factos Relevantes .....	20
DESEMPENHO DO SISTEMA .....	22
Organização, Processos e Sistemas .....	29
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA .....	30
Análise de Gastos e Rendimentos .....	31
Análise do Balanço .....	33
Indicadores .....	34
PERSPETIVAS PARA O FUTURO .....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
OUTRAS INFORMAÇÕES .....	37
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	38
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E RESPETIVO ANEXO .....	39



## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

### Indicadores Financeiros

		2015	2016	2017
Capital Social	Eur	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	Eur	254 291	608 709	1 460 363
Ativo Líquido Total	Eur	7 482 934	7 547 698	8 338 647
Volume de Negócios	Eur	2 819 963	3 060 284	3 655 236
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	525 850	718 280	1 308 194
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	397 046	593 238	1 098 414
Resultados Antes de Impostos	Eur	139 603	385 981	928 734
Resultado Líquido do Exercício	Eur	131 017	354 418	851 654
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	51,52%	58,22%	58,32%
Rentabilidade do Ativo	%	1,75%	4,70%	10,21%
Autonomia Financeira	%	3,40%	8,06%	17,51%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	10	10	10

### Indicadores de Atividade

		2015	2016	2017
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	nº	21 814	21 814	21 814

### Abastecimento

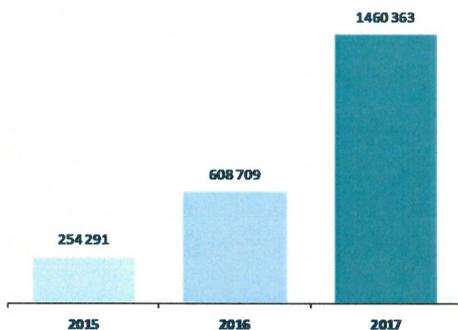
		2015	2016	2017
Nº de Clientes	nº	9 898	9 922	9 995
População Servida	nº	21 378	21 378	21 378
Volume de Água Vendida	(10 <sup>3</sup> m3)	1 174	1 157	1 195

### Saneamento

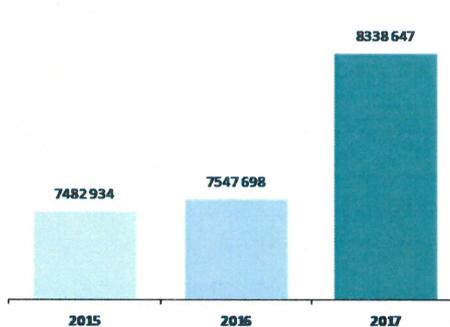
		2015	2016	2017
Nº de Clientes	nº	9 465	9 464	9 550
População Servida	nº	17 206	17 206	17 597
Efluente Facturado	(10 <sup>3</sup> m3)	712	785	896



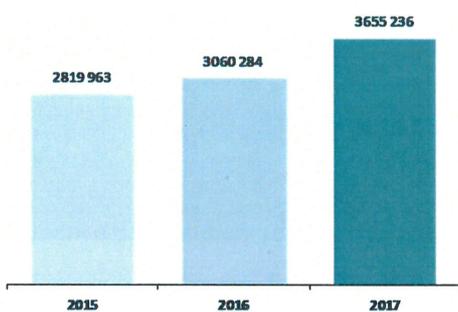
Capital Próprio (€)



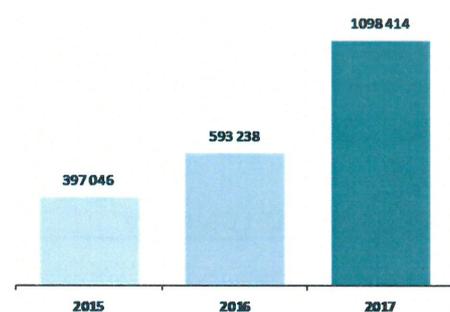
Ativo Líquido Total (€)



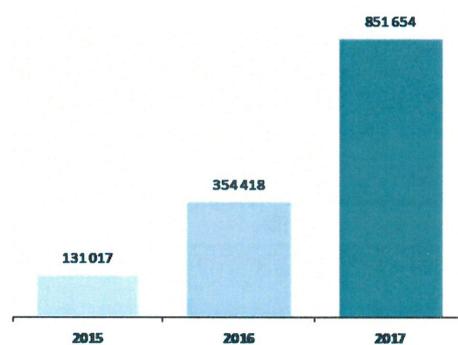
Volume de Negócios (€)



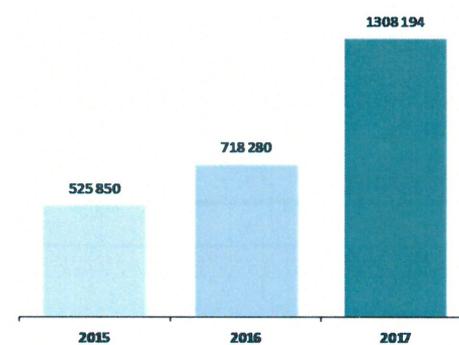
EBIT (Resultado Operacional) (€)



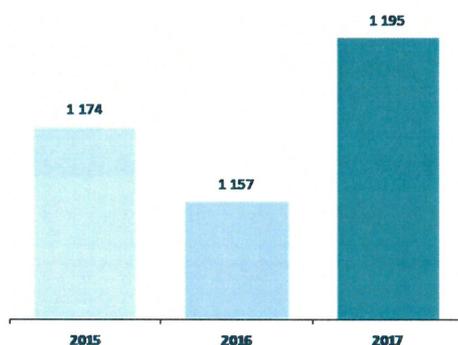
Resultado Líquido do Exercício (€)



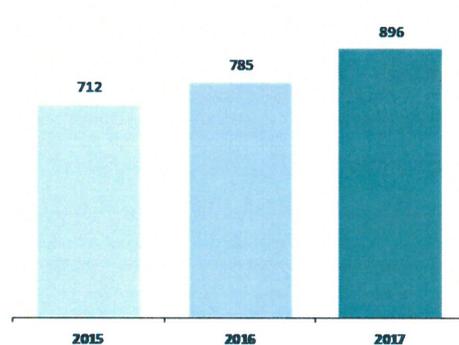
EBÍTDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Éfluente Faturado (x1000 m3)



*[Handwritten signature]*

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017 foi atípico no que diz respeito à precipitação registada, os níveis estiveram abaixo do normal e o período de seca estendeu-se praticamente até dezembro, várias regiões do País registaram níveis de seca severa ou extrema. Este enquadramento contribuiu para um aumento dos níveis de água faturada, no ano de 2017 a Águas da Azambuja registou mais um ligeiro aumento de clientes, demonstrando a capacidade que o Município tem tido em fixar novos habitantes na região.

O ano de 2017 foi o primeiro ano completo em que a empresa exerceu a sua atividade no enquadramento do 1º Aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016, o qual veio permitir responder às exigências legais associadas à atividade do setor e desencadear um conjunto de ações, que visam em última análise, promover melhorias ao nível dos sistemas de abastecimento e saneamento do concelho de Azambuja.

O sistema tarifário aplicado em 2017, decorrente desta nova realidade refletiu-se numa redução global de 2,7% aplicável à água, ao saneamento e a todos os serviços, para além da aplicação de tarifários diferenciados para famílias numerosas, famílias de menores rendimentos (tarifário social), comércio local e instituições privadas de beneficência, culturais, desportivas e de interesse público.

A empresa tem na sua essência o fazer sempre melhor, numa ótica de melhoria contínua e tendo como objetivo tornar a Empresa mais eficiente, durante o ano de 2017, o departamento de exploração deu continuidade a projetos que estrategicamente se revelaram importantes, nomeadamente o Plano de Redução de Perdas de Água, o Plano de Segurança de Água entre outras ações de implementação de tecnologias inovadoras ao nível de telegestão e software de monitorização de caudais. Esperamos que a implementação destes projetos proporcione ainda melhores performances e maiores garantias de qualidade de serviço.

A nível do Plano de Investimentos, retomado em 2017, destaca-se a construção do novo Reservatório de Virtudes, estação elevatória e respetivas condutas. Foram também executados trabalhos ao nível das redes de saneamento, que permitiram estender a cobertura do serviço através de redes fixas em Casais de Baixo, Arrifana, Aveiras de Cima, Casais de Britos e a Póvoa de Manique. De realçar também ao nível da gestão de infraestruturas, a entrada em funcionamento da rede de drenagem de Arrifana e de cinco estações elevatórias das redes de drenagem nas localidades de Tagarro, Arrifana e Espinheira, as quais possibilitaram a cobertura de serviço por redes fixas a mais 280 clientes no concelho de Azambuja. A Empresa aguarda ainda a conclusão de obras de saneamento em Alta por parte das Águas de Portugal, para que possa ser possível executar as ligações às obras já executadas pela Águas de Azambuja e aumentar ainda mais a cobertura de serviço de saneamento.

O trabalho desenvolvido durante o ano de 2017 não se esgotou nesse período, foi um investimento que esperamos que continue a dar resultados positivos para todos nos próximos anos. A Águas da Azambuja está comprometida em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, numa parceria cada vez mais estreita com o Câmara Municipal de Azambuja e a colaboração das diversas entidades que fazem com que o nosso trabalho se possa tornar cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira



## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim, o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas.

As obras estruturantes em falta, duas dos doze projetos de abastecimento e uma dos dezoito projetos de drenagem de águas residuais, irão promover a redundância na origem de água no principal sistema de abastecimento (eixo Alcoentre-Aveiras), assim como a ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas. Ambos os projetos se desenvolvem ao longo de estradas nacionais, estando por isso condicionados ao licenciamento da IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. Os investimentos realizados em 2017, estão detalhados nos Pontos “Principais acontecimentos em 2017” e “Plano de Investimentos/ Novas Infraestruturas”.

De referir ainda que os projetos já executados garantem a cobertura de serviço prevista, não sendo a mesma efetivada na globalidade dos aglomerados urbanos, em particular na vertente de saneamento, por atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta no Município de Azambuja.



## ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A	0,01%
Pragosa Ambiente, S.A	0,01%

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

### Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro



## OBJETO DA SOCIEDADE

### OBJETO

*A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.*

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

# ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

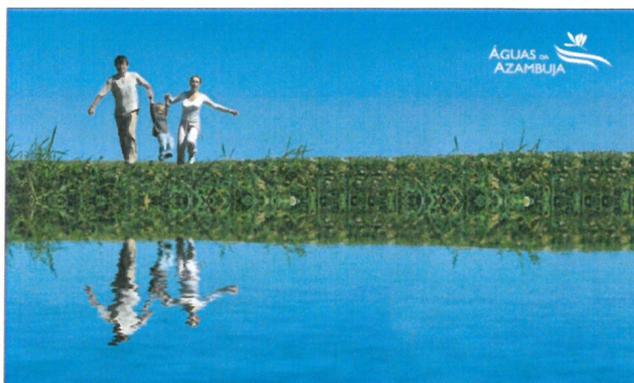
### VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como marca de confiança dos seus clientes, pela excelência do serviço público prestado.

### VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

G7A

**Área Técnica:**

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilícitos;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

**Área Comercial:**

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

**Área Financeira:**

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



*[Handwritten signature]*

## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2017

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999. Sendo os principais motores de crescimento, as exportações, o consumo das famílias e o investimento.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos e continuam negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.013p.p e 0.042p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2015	2016	2017
Euribor 1M	-0,23%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,13%	-0,32%	-0,33%
Euribor 6M	-0,04%	-0,22%	-0,26%
Euribor 12M	0,06%	-0,08%	-0,15%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou um crescimento superior a 20% face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016. O preço do petróleo em média em 2017 situou-se em 48.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

##### Portugal

Em 2017, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 1.4%, o que representa um aumento de 0.8p.p face aos valores de 2016.



A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 1.6%, (aumento de 1.0p.p. face ao ano de 2016).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2015	2016	2017
PIB	1,6%	1,5%	2,7%
IPC	0,5%	0,6%	1,4%
IHPC	0,5%	0,6%	1,6%
Desemprego	12,4%	11,1%	8,9%
Consumo Privado*	2,6%	2,1%	2,2%
Consumo Público*	0,8%	0,6%	0,1%
Exportações*	6,1%	4,1%	7,7%
Importações*	8,2%	4,1%	7,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE

\* Dados Dezembro de 2017

A taxa média de **desemprego** em 2017 ascendeu a 8.9%, menos 2.2p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2015	2016	2017
Média Tensão	161	165	167
Baixa Tensão Especial	175	180	182
Baixa Tensão Normal	146	150	152

Fonte: ERSE;

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,7%, continuando a economia portuguesa a apresentar um perfil de crescimento já iniciado em 2013. Para esta evolução contribuiu o aumento do investimento e das exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo e do consumo privado, pela recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego.

A tendência favorável da procura externa dirigida à economia portuguesa; a esperada manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos, embora em ascensão; preços do petróleo acima de mínimos recentes, mas com evolução que se espera contida, sustentará o maior dinamismo da economia portuguesa projetado para os próximos anos.



## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2017

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 432 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 279 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2017), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões

municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	229
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>257</b>	<b>256</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento em baixa, entre as 29 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 40,53% em termos do número de alojamentos servidos por concessões:

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m <sup>3</sup> )	Água não facturada (%)
<b>GRUPO AQUAPOR</b>	10	394	53.919	17,5%
Concessões Municipais	29	973	111.621	22,07%
País	258	5.594	810.731	39,55%

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2017), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	81%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

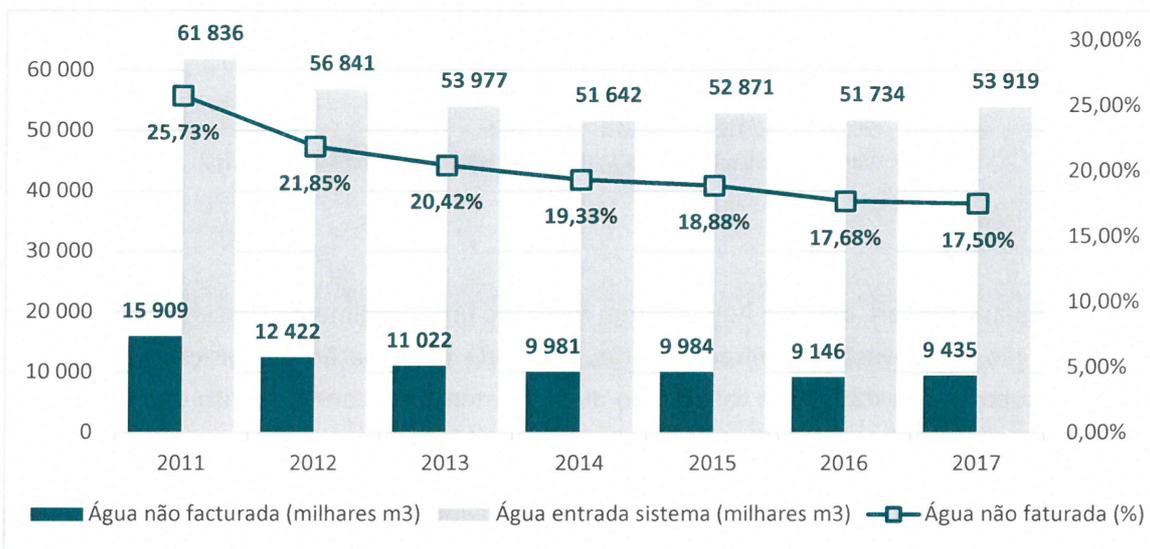
Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2017, sendo o valor das Águas da Azambuja de 24%.

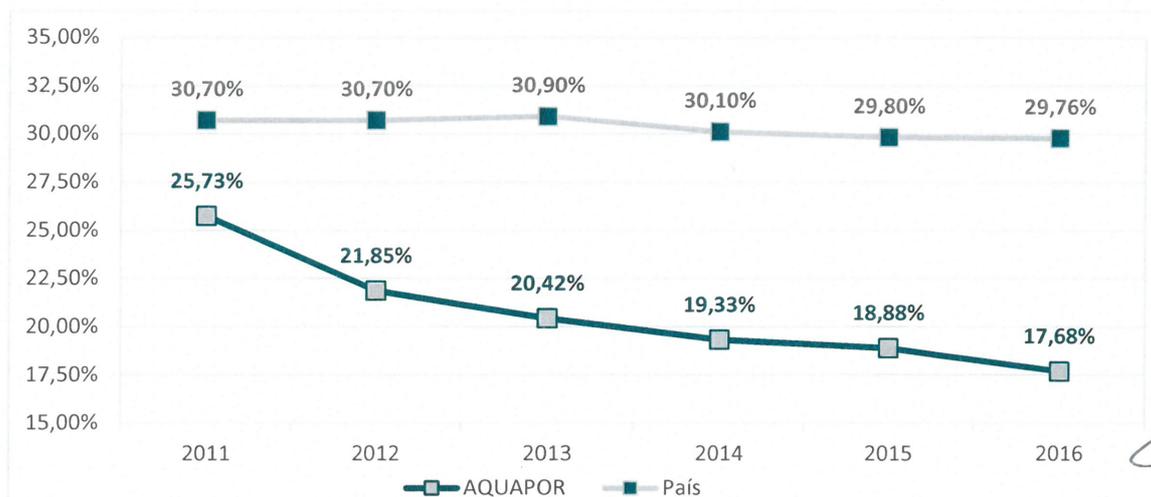
A tabela seguinte reflete a evolução da Aquapor ao longo dos últimos anos, sendo evidente a diminuição da água não faturada, que tem vindo a ser continuamente registada:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 919
Água não facturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 435
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,50%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407

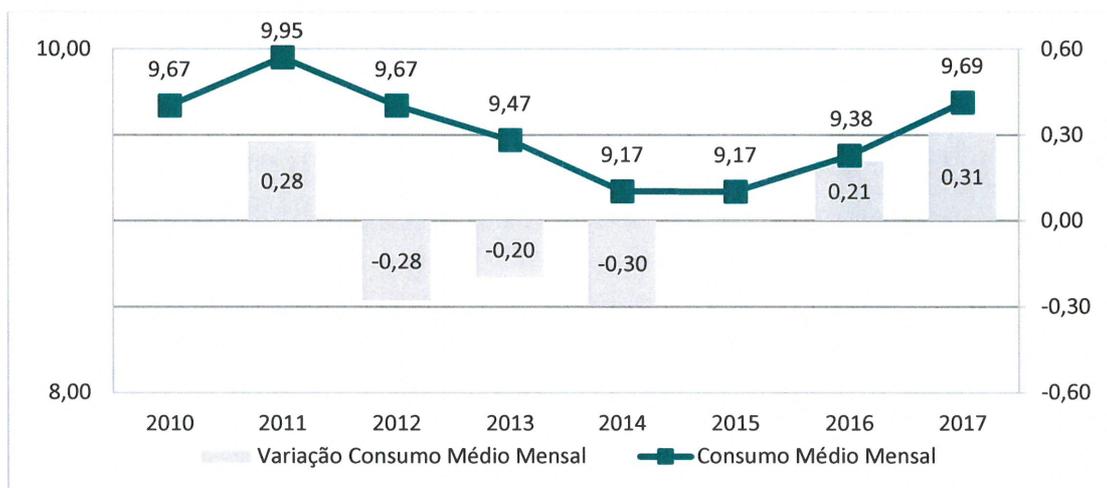
(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>



Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



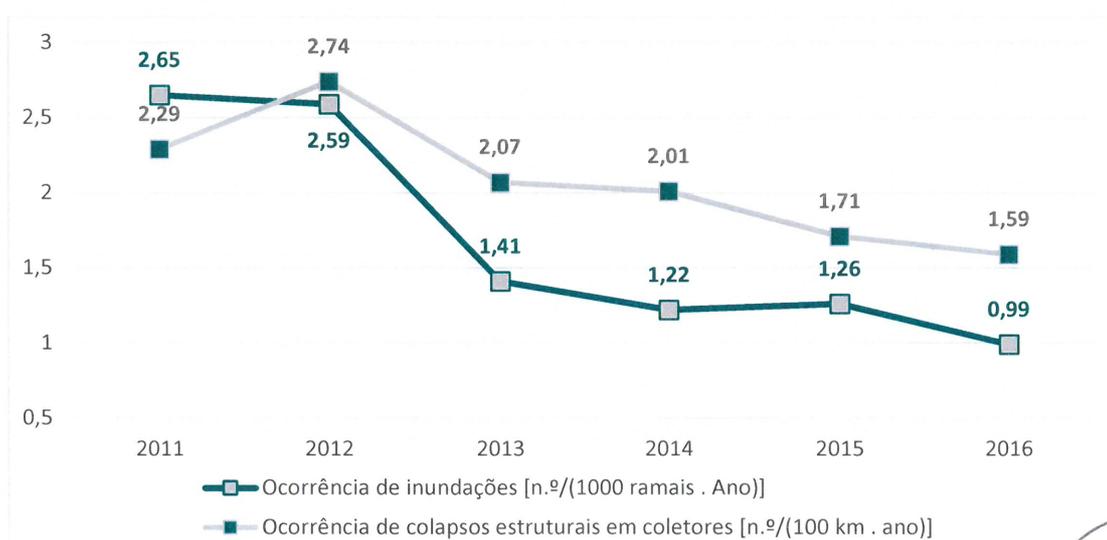
Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,31 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,69 m<sup>3</sup>/Cliente/mês:

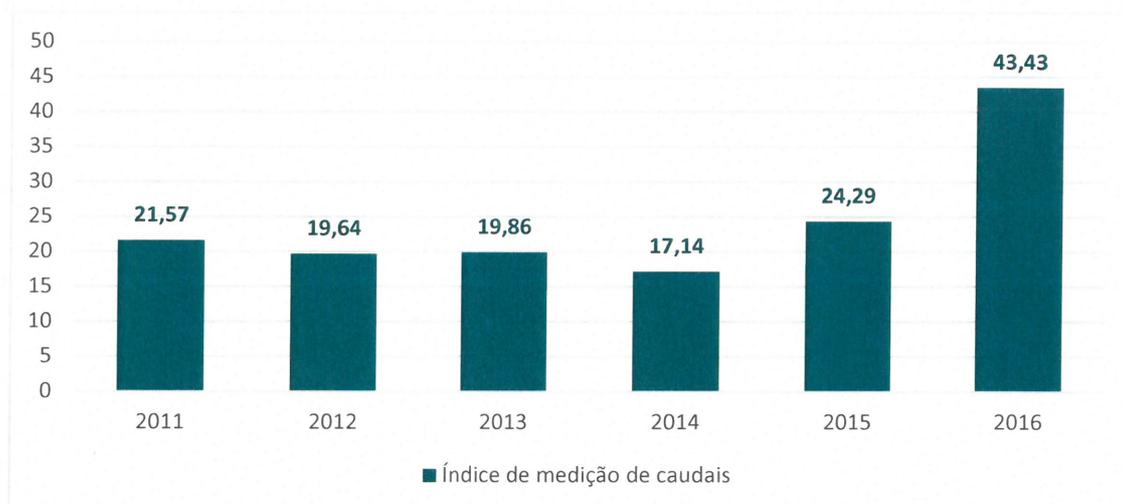


Na vertente de águas residuais, o Grupo Aquapor tem realizado um investimento considerável a diversos níveis, desde a reabilitação e renovação de infraestruturas, passando pela criação e aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte e gestão, até à valorização de competências e conhecimento dos seus técnicos. Este esforço é traduzido pela melhoria de alguns indicadores da atividade, entre os quais:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . Ano)]	2,65	2,59	1,41	1,22	1,26	0,99
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]	2,29	2,74	2,07	2,01	1,71	1,59
Controlo de descargas de emergência (%)	63,0%	44,6%	47,7%	47,9%	51,0%	68,0%
Índice de medição de caudais	21,57	19,64	19,86	17,14	24,29	43,43

Dados de 2017 não disponíveis



## ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km<sup>2</sup>. Residem na área abrangida 21.814 habitantes<sup>1</sup>, estando presentes no Município cerca de 97% dessa população. Dos resultados dos CENSOS de 2011 destacam-se ainda o número de 8.197 famílias e 11.937 alojamentos clássicos, indicadores essenciais para compreender os indicadores relativos à disponibilidade do serviço e à sua efetiva adesão.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste até junho de 2015, pela empresa Aguas de Lisboa e Vale do Tejo até junho de 2017. No início do 2º semestre de 2017 e na sequência da nova reestruturação do setor das águas ao nível dos sistemas multimunicipais., que passou pela cissão de alguns sistemas, a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A passou a ser a entidade gestora em alta na área do abastecimento e a empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A. a entidade gestora em alta responsável pelo saneamento.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Verifica-se um posicionamento de relevo no Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização, devido às excelentes características, como são a acessibilidade e a centralidade.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, uma vez que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agroflorestal, com a criação de atividades a ele relacionadas, designadamente com atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

<sup>1</sup> INE – Resultados CENSOS 2011.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

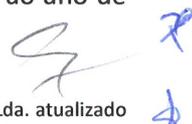
Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.<sup>2</sup>

## Regulação

A atividade de Águas da Azambuja é regida por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016.
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, na sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

Esta entidade realiza anualmente o ciclo de avaliação de desempenho das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria da ERSAR e validação final, após o período de contraditório. Em 2017 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2016, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP.



<sup>2</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade Gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos à atividade em baixa e ao fornecimento de água em alta ao município do Cadaval.

- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.
- Legislação geral do sector, sendo de realçar a publicação do novo Decreto-lei n.º152/2017 de 07 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º92/2010 de 26 de julho, que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano.

## RECURSOS HUMANOS

A empresa tem ao seu serviço 10 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

### Colaboradores

	2015	2016	2017	Var. %
Contrato sem Termo	10	9	8	-11%
Contrato Termo Certo	0	1	2	100%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>0%</b>

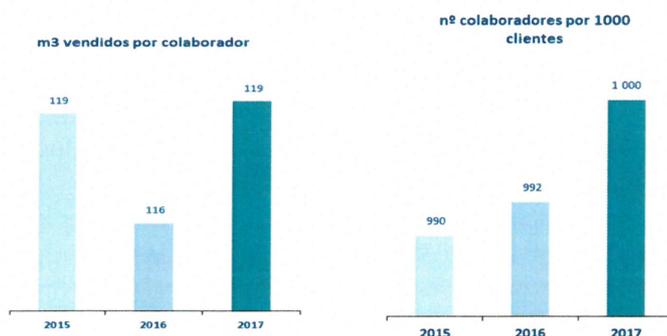
### Saídas e Admissões 2017

	Admissões	Saídas	Turnover
Contrato sem Termo	1	0	
Contrato Termo Certo	0	1	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10%</b>

Tipo de Contrato



O número de colaboradores mantém-se em relação ao ano anterior, registando-se uma admissão e uma saída. Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2016 para 2017, um aumento ao nível dos m<sup>3</sup> vendidos por n.º de colaborador e uma evolução positiva do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes.

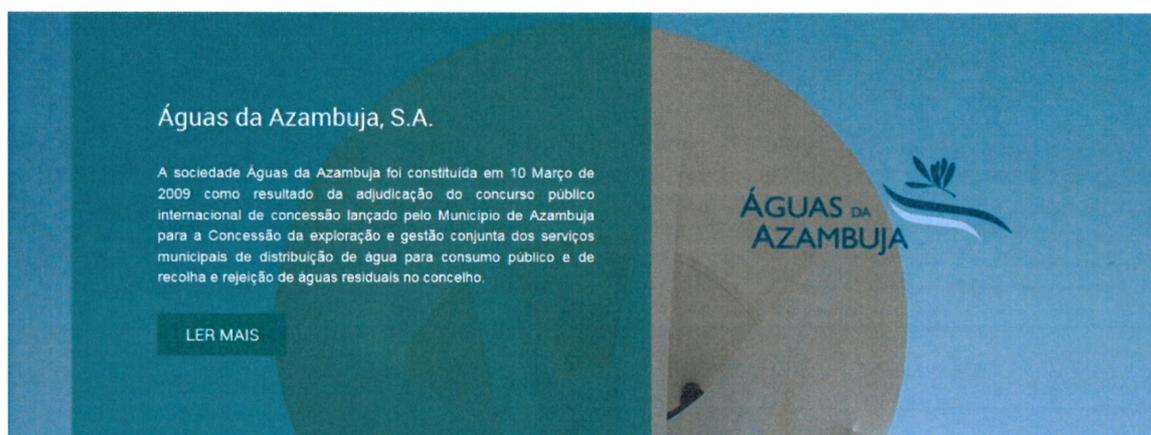


## REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017

### FACTOS RELEVANTES

O ano de 2017 foi o primeiro ano completo em que a empresa exerceu a sua atividade no enquadramento do 1º Aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016, o qual veio permitir responder às exigências legais associadas à atividade do setor e desencadear um conjunto de ações, que visam em última análise, promover melhorias ao nível dos sistemas de abastecimento e saneamento do concelho de Azambuja.

O sistema tarifário aplicado em 2017, decorrente desta nova realidade refletiu-se numa redução global de 2,7% aplicável à água, ao saneamento e a todos os serviços, para além da aplicação de tarifários diferenciados para famílias numerosas, famílias de menores rendimentos (tarifário social), comércio local e instituições privadas de beneficência, culturais, desportivas e de interesse público.



A nível do Plano de Investimentos, retomado em 2017, foram realizadas doze obras, das quais se destaca ao nível do abastecimento o fascículo FA04 “Construção do Reservatório de Virtudes, estação elevatória e respetivas condutas”.

Na rubrica “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da CMA” foram executados essencialmente trabalhos ao nível das redes de saneamento num total de oito obras, que permitiram estender a cobertura do serviço através de redes fixas em Casais de Baixo, Arrifana, Aveiras de Cima, Casais de Britos e a Póvoa de Manique (esta última ao nível do abastecimento). Neste âmbito, destaca-se o emissário de Arrifana, que permitiu assegurar o arranque do sistema de drenagem de águas residuais domésticas nesta povoação.

A empresa realizou ainda no âmbito das suas competências, investimentos na remodelação de redes nas localidades de Vale do Paraíso, Virtudes e executou ainda os arranjos exteriores na envolvente à Estação Elevatória de Casais das Inglesas, respeitando assim o compromisso assumido com a Junta de Freguesia de Aveiras-de-Cima aquando da implementação da estação elevatória.

Procedeu igualmente à renovação do parque de contadores num total de 321 contadores, que representam 3,2 % do universo de clientes, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Ainda no que concerne às obras previstas no novo Plano de Investimentos, designadamente ao nível do saneamento, na obra respeitante ao fascículo FB18 “Sistema de drenagem da Zona Industrial Vila Nova da Rainha / Azambuja”, foi identificada a necessidade de alteração da configuração do sistema de drenagem, de acordo com as exigências da Infraestruturas de Portugal, o que implicou a reformulação do projeto de execução, seguindo-se a sua aprovação e respetivo licenciamento. Ainda assim foram executados neste fascículo, ao longo de 2017, trabalhos fora da jurisdição da Infraestruturas de Portugal.

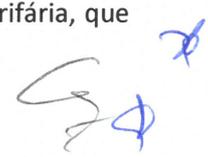
Ao nível do abastecimento e no que se refere à obra associada ao fascículo FA01/FA11 “Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras”, foram promovidas em 2017 todas as diligências necessárias para obtenção do respetivo licenciamento junto das Infraestruturas de Portugal, situação que se encontra em fase de conclusão para posterior concretização.

De realçar também ao nível da gestão de infraestruturas, a entrada em funcionamento da rede de drenagem de Arrifana e de cinco estações elevatórias das redes de drenagem nas localidades de Tagarro, Arrifana e Espinheira, as quais possibilitaram a cobertura de serviço por redes fixas a mais 280 clientes no concelho de Azambuja. Esta situação de clara melhoria, refletiu-se numa elevada taxa de adesão por parte dos clientes servidos (aproximadamente de 90%).

A nível operacional de destacar a higienização a todos os reservatórios afetos ao sistema de abastecimento realizada em novembro, como boa prática implementada pela empresa.

O ano de 2017 teve também alterações significativas ao nível da gestão dos sistemas multimunicipais em alta, com repercussão direta na atividade desenvolvida pela Aguas da Azambuja.

De acordo com o estabelecido no Decreto Lei n.º 34/2017 de 24 de março foram fixados rendimentos tarifários a pagar à entidade em alta, na vertente do saneamento, no primeiro período de convergência tarifária, que teve início a 1 de janeiro de 2017 e termina a 31 de dezembro de 2026.



Ainda no domínio da gestão das atividades em alta e associado aos processos de cissão no grupo Águas de Portugal, foram constituídas duas entidades; a Águas do Vale do Tejo responsável pelo abastecimento em alta e a Águas do Tejo Atlântico responsável pelo saneamento em alta no Município de Azambuja.

Verificou-se igualmente uma evolução nos processos de contencioso com a entidade em alta, relativos aos caudais mínimos faturados em 2010 e 2011 na atividade de abastecimento.

A empresa manteve durante o ano de 2017, o envolvimento com a comunidade, através da participação em atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinho, Tasquinhas de Manique e Alcoentre e Feira de Maio de Azambuja.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja têm continuado a desenvolver as ferramentas operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas, ao Plano de Segurança da Água e à Gestão de Caudais Indevidos, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

## DESEMPENHO DO SISTEMA

### Exploração do Sistema

A concessão, ao longo da sua atividade, tem conseguido implementar melhorias nos Sistemas de Abastecimento e de Saneamento, obtendo desta forma ganhos notórios ao nível da eficiência hídrica, bem como na diminuição de afluências indevidas. O cumprimento dos objetivos estratégicos da empresa, expressos nos indicadores estabelecidos pela gestão de topo, espelham a realidade descrita.

Em 2017 e no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, apesar das ações implementadas pela empresa, registou-se um ligeiro aumento na percentagem de água não faturada, que se situou nos 24%, o que representa uma variação de 2,1 p.p face ao ano anterior. Esta realidade encontra-se diretamente relacionada com as características do ano hidrológico e o período de seca extrema registado, o que veio potenciar os consumos ilícitos, pela escassez de água verificada nas captações particulares existentes no concelho.

### Volume de Água (m<sup>3</sup>)

	2015	2016	2017	Var. %
Água Aduzida	1 624 177	1 481 796	1 571 096	6%
Água Vendida	1 190 668	1 157 107	1 194 574	3%
<b>Perdas % (I)</b>	<b>27%</b>	<b>22%</b>	<b>24%</b>	<b>2,1 p.p.</b>

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

O volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) aumentou, face ao ano de 2016, em 89 300 m<sup>3</sup>, o que representa uma variação de 6,0%. O volume faturado registou também um aumento de 3,2% face ao ano anterior, resultante em especial dos consumos da Autarquia, a nível de regas e também dos clientes de Comércio e Indústria, o que denota também algum efeito da retoma económica.



No que diz respeito ao desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, o ano de 2017 revelou-se um ano incomum, devido à alteração do plano tarifário e à ocorrência de seca extrema, o volume de efluente entregue para tratamento foi inferior em 5,9% face ao volume faturado em baixa.

Para uma avaliação mais efetiva das afluências indevidas registadas num ano seco como foi o de 2017 e expurgando o efeito do novo sistema tarifário, regista-se uma percentagem de 10% face ao volume enviado a tratamento.

### **Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas**

O Plano de Investimentos da Concessão foi retomado em 2017, na sequência de alteração e aprovação por parte do Município e da Assembleia Municipal, em setembro de 2016.

Neste contexto e no que concerne às obras mais representativas do Plano de Investimentos da Concessão apresenta-se de seguida o ponto de situação das mesmas:

#### **FA04 - Construção do Reservatório de Virtudes, estação elevatória e respetivas condutas**

A empreitada encontra-se concluída, estando a receção provisória da obra dependente da higienização do reservatório e respetiva ligação à rede de abastecimento.

#### **FB18 - Sistema de drenagem da Zona Industrial Vila Nova da Rainha / Azambuja (ao longo da EN3)**

Obra que aguardou a aprovação do traçado por parte da I.P. – Infraestruturas de Portugal, S.A. no âmbito do processo de licenciamento junto desta entidade para o traçado ao longo da E.N. 3 entre Vila Nova da Rainha e o cruzamento para Casais de Baixo, da qual nos foi emitida a licença em outubro 2017, para dar seguimento aos trabalhos.

Foram executadas em março 2017 as obras deste fascículo fora da jurisdição da Infraestruturas de Portugal. A saber: Coletor gravítico CG01 junto a Vila Nova da Rainha e Conduta elevatória associada à EE 05, para as quais já se efetuou a receção provisória.

#### **FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo**

O traçado da obra ao longo da E.N. 366 entre Aveiras-de-Cima e Alcoentre encontra-se em fase de licenciamento por parte da I.P. – Infraestruturas de Portugal, S.A..

De referir que todos estas intervenções e ações desenvolvidas têm o acompanhamento técnico ao nível da fiscalização por parte da empresa subcontratada para o efeito, DDN- Gestão, coordenação e Fiscalização de obras públicas e privadas, Lda.

A nível de outros investimentos, a Águas da Azambuja realizou um conjunto de obras ao longo do ano 2017, no sentido de promover melhorias nas condições de fornecimento dos sistemas, designadamente:

- Prolongamento da rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua Sta. Maria da Assunção de Azambuja em Casais de Baixo – concluída em janeiro 2017;
- Emissário de ligação da rede de drenagem da Arrifana à ETAR – concluída em maio/2017;
- Substituição da conduta adutora de Vale do Paraíso na Rua da Água Férrea – concluída em junho/2017;

- Arranjos exteriores na envolvente da estação elevatória de águas residuais de Casais das Inglesas – concluída em agosto/2017;
- Prolongamento da rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua dos Pereiras - Aveiras de Cima - concluída em agosto/2017;
- Construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua João Lourenço- Casais de Britos - concluída em outubro/2017;
- Prolongamento da rede de abastecimento na Rua Silva Wallace em Virtudes – concluída em novembro/2017;
- Construção de prolongamento de rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua João Redinha dos Santos, Casais de Baixo-dezembro/2017;
- Construção de prolongamento da rede de drenagem de águas residuais domésticas na Travessa das Rosas Casais de Baixo- dezembro/2017;
- Construção de prolongamento da rede de abastecimento na Rua do Vale dos Púcaros, Manique do Intendente - dezembro/2017;
- Pequenas obras de saneamento focalizadas na ligação e separação de redes.

Conforme já referido, entraram em funcionamento em 2017, redes de drenagem em baixa em Arrifana, Tagarro e Espinheira, que possibilitaram a ligação de mais 280 clientes no concelho de Azambuja.

### Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções, Lda.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Aqualongo, Lda.: deteção ativa de perdas de água.

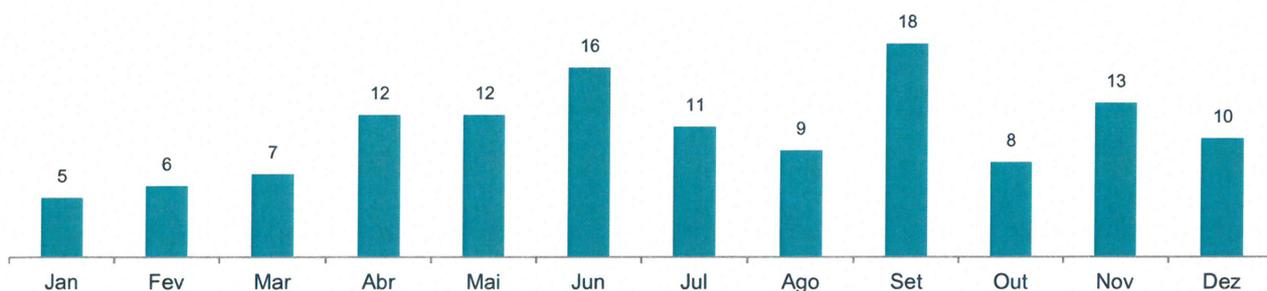
No decorrer do ano de 2017 foram intervencionadas 128 roturas na rede, um decréscimo relativamente ao ano de 2016, que registou 172 roturas. Nos meses de junho, julho e setembro realizaram-se campanhas de pesquisa ativa de perdas, tendo sido detetadas e reparadas apenas 6 fugas; esta manutenção preventiva permitiu intervir antes da ocorrência do colapso estrutural das condutas.

No quadro seguinte é apresentado, em resumo, o número de roturas reparadas durante o ano de 2017.

Roturas													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	5	6	7	12	12	17	11	9	18	8	13	10	128



### Roturas

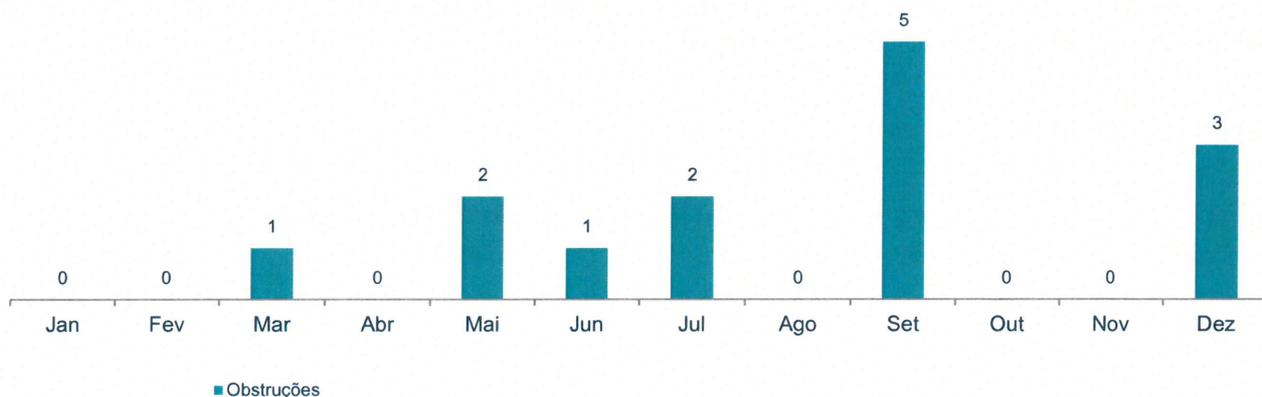


Relativamente à rede de saneamento, verifica-se a estabilização do número de obstruções em coletores por comparação com o ano de 2016, o valor final de 2017 foi de 14 obstruções versus 12 obstruções em 2016. O reduzido número de obstruções resulta essencialmente do efeito da manutenção preventiva na rede de drenagem, e do ano seco com poucos períodos de precipitação intensa, com impacto direto na sobrecarga dos coletores domésticos via caudais indevidos.

### Obstruções

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Obstruções	0	0	1	0	2	1	2	0	5	0	0	3	14

### Obstruções



Relativamente à limpeza de fossas, foram asseguradas 416 limpezas de fossas sépticas, registando-se um incremento de 21% face ao ano 2016 (foram realizadas 343 limpezas), resultante da implementação do novo tarifário na área do saneamento, aplicável a todos os clientes domésticos, o que potenciou o aumento deste tipo de solicitações, promovendo assim boas práticas ambientais.

## Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolve-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em Alta e em Baixa, anualmente aprovada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da Água (Entidade Gestora em Baixa e em Alta) estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de agosto foi totalmente cumprido mediante a realização de 116 controlos de Rotina I, 44 controlos de Rotina II e 12 controlos de Inspeção.

Durante o ano de 2017 registou-se 1 incumprimento, num total de 1114 determinações regulamentares, situação que após a realização das análises de verificação, se comprovou tratar-se de um problema imputável ao sistema de distribuição predial, onde se realizou a amostragem.

Em 2017 foram monitorizados 115 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e representatividade dos mesmos, para as 9 zonas de abastecimento existentes e 1 ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente Escolas, Jardins-de-Infância, Lares de Idosos, Espaços públicos, Restaurantes, Cafés e Casas Particulares de clientes, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

De salientar que no ciclo anual de avaliação promovido pela entidade reguladora ERSAR, referente ao ano 2016 e publicado em 2017, no que se refere à qualidade da água fornecida à população, o indicador que avalia a água controlada e de boa qualidade, “% Água Segura” situa-se nos 99,78%, o que se traduz num excelente desempenho, de acordo com a avaliação da ERSAR.

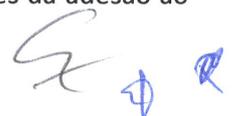
## Imagem e comunicação

Em 2017 a empresa continuou a promover campanhas de divulgação da sua atividade, no sentido de promover a confiança e satisfação dos seus clientes.

Neste sentido realizou campanhas de divulgação em jornais locais relativos à eficiência ambiental, água segura e apoio solidário a uma instituição do Concelho.

Participou também numa ação conjunta, promovida por um jornal da região, com várias escolas do concelho de Azambuja, Salvaterra de Magos e Vila Franca de Xira e os respetivos municípios, integrado nas comemorações alusivas ao Dia do Ambiente.

No âmbito de projetos de solidariedade, manteve a parceria com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima, que acolhe crianças em risco, para a qual contribuiu com donativos que contaram com a participação de mais de 1400 clientes, através da adesão ao débito direto e/ou à fatura eletrónica, desde o início da campanha que ocorreu em 2015.





## Área Comercial

Em 2017 registou-se um aumento de 73 novos clientes na área do abastecimento, face ao ano anterior, relativamente ao saneamento registou-se um aumento de 86 clientes.

Durante o ano de 2017 foram construídos 31 ramais de água e 43 de saneamento, através de pedidos de execução por parte dos clientes (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 890 novos contratos de fornecimento de água, associados em grande parte devido ao mercado de aluguer de habitação e mudança do consumidor. Face ao ano de 2016 regista-se um aumento de 54% no número de novos contratos celebrados.



## Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2017, a Águas da Azambuja registou 817 rescisões de contrato de fornecimento, resultando relativamente ao movimento de contratos num aumento de 73 contratos.

## Suspensões de fornecimento

Relativamente ao controlo de cobranças, ocorreram 377 suspensões no fornecimento, um aumento de 34% face a 2016.

## Campanha de Substituição de Contadores Antigos

Relativamente a atividade de contadores refere-se uma idade média do parque de contadores de 6,23 anos, permitindo assim em 2017 uma normal atividade de substituição, perfazendo um total de 321 contadores substituídos.

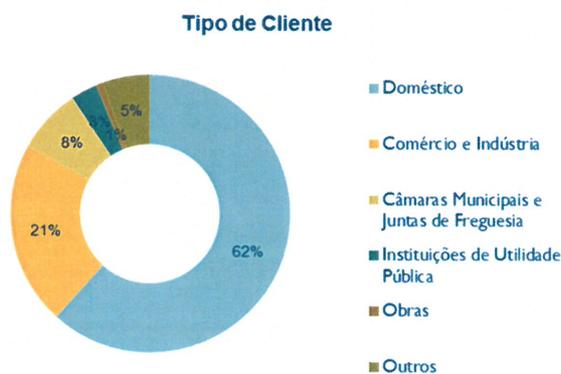
### Vendas e Prestações de Serviços

	2015	2016	2017	Var. %
Venda de Água	1 528 857	1 536 912	1 670 421	9%
Taxa de Disponibilidade	706 935	679 246	607 396	-11%
<b>Total Vendas de Água + Taxa Disp.</b>	<b>2 235 792</b>	<b>2 216 158</b>	<b>2 277 817</b>	<b>3%</b>
Tarifa de Utilização de Saneamento	444 299	688 260	1 179 517	71%
Ramais Domiciliários (Água)	20 385	24 840	51 883	109%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	22 310	9 702	8 013	-17%
Outros Serviços	97 176	121 324	138 007	14%
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>584 171</b>	<b>844 126</b>	<b>1 377 419</b>	<b>63%</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>2 819 963</b>	<b>3 060 284</b>	<b>3 655 236</b>	<b>19%</b>

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 3 655 236 Euros.

### Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	737 126	62%	798 091	108%	8 654	87%
Comércio e Indústria	254 840	21%	635 372	249%	944	9%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	90 750	8%	104 909	116%	215	2%
Instituições de Utilidade Pública	36 745	3%	44 407	121%	105	1%
Obras	9 484	1%	20 213	213%	58	1%
Outros	65 629	5%	67 428	103%	19	0%
<b>Total</b>	<b>1 194 574</b>	<b>0</b>	<b>1 670 421</b>		<b>9 995</b>	



Os clientes Domésticos têm um peso de 86,6% no conjunto total de contratos existentes em condições de faturar, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,4%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 38,0% reduzindo o peso doméstico para 47,8%.

Em média, foram faturados cerca de 9,96 m<sup>3</sup> por consumidor e por mês. Em termos de consumidores domésticos, foram faturados em média 7,19 m<sup>3</sup> por consumidor e por mês num ano de seca extrema.

#### **Formas de Pagamento:**

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam cerca de 79% da escolha dos nossos Clientes.

Destaca-se, a nível de adesão à fatura digital, um aumento de 8,1 p.p. na utilização desta facilidade face aos anos anterior, em 2017 a percentagem de clientes que passou a usufruir esta modalidade é de 11,9%.

#### **Modalidade de Pagamento**

	2015	2016	2017	Var. %
Loja	24 476	28 856	25 489	-12%
Débito em Conta	38 186	42 435	41 356	-3%
Payshop	7 103	2 647	3 561	35%
Multibanco	44 581	51 052	48 898	-4%
Balcão EDP	2	0	0	
<b>Total</b>	<b>114 348</b>	<b>124 990</b>	<b>119 304</b>	

## **ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS**

### **Organização e Processos**

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo estabelecido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores muito superior. Em termos gerais, a Concessão engloba 9 995 contratos ativos a 31 dezembro de 2017 distribuídos por uma área territorial de cerca de 262 km<sup>2</sup>, servidos, em baixa, por:

<b>Infra-Estruturas</b>	<i>nº/ km</i>
Rede de Abastecimento de Água	287
Rede de Saneamento	142
Reservatórios	17
Estações Elevatórias de Abastecimento	7
Estações de Tratamento de Águas Residuais	21



## Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuição da Concessão, tanto a nível da operação das infraestruturas, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras em alta Águas do Vale do Tejo e Águas do Tejo Atlântico, Agência Portuguesa do Ambiente, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2017, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.



## ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2017, um resultado líquido de 851.654 euros.

<b>Demonstração dos Resultados</b>				(em euros)
	2015	2016	2017	Var. %
Vendas	2 235 793	2 216 158	2 277 817	3%
Prestações de Serviços	584 171	844 126	1 377 419	63%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>2 819 963</b>	<b>3 060 284</b>	<b>3 655 236</b>	<b>19%</b>
CMMC	1 005 069	860 781	921 221	7%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 093 295	1 181 932	1 311 357	11%
Gastos com o Pessoal	204 264	215 967	229 381	6%
Outros Resultados Operacionais	10 324	(4 104)	118 942	-2998%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>527 660</b>	<b>797 501</b>	<b>1 312 219</b>	<b>65%</b>
Amortizações	130 614	204 263	213 805	5%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>397 046</b>	<b>593 238</b>	<b>1 098 414</b>	<b>85%</b>
Resultados Financeiros	(257 443)	(207 257)	(169 680)	18%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>139 603</b>	<b>385 981</b>	<b>928 734</b>	<b>141%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	8 586	31 563	77 080	144%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>131 017</b>	<b>354 418</b>	<b>851 654</b>	<b>140%</b>

<b>Demonstração dos Resultados</b>				(em euros)
	2015	2016	2017	Var. %
<b>EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>525 850</b>	<b>718 280</b>	<b>1 308 194</b>	<b>82%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>19%</b>	<b>23%</b>	<b>36%</b>	<b>52%</b>
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>397 046</b>	<b>593 238</b>	<b>1 098 414</b>	<b>85%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>14%</b>	<b>19%</b>	<b>30%</b>	<b>55%</b>

*EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades*

*Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios*

*Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios*

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

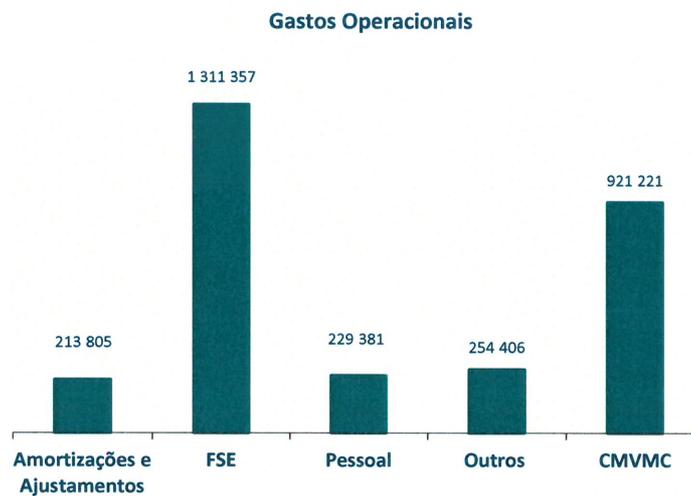


### EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 1.098.414 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 4.035.359 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 2.936.944 euros

O volume de negócios aumentou 19% essencialmente por via de aumento de tarifário com especial incidência na atividade de saneamento.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 11% essencialmente por via dos gastos com o conservação e reparação em consequência dos trabalhos efetuados na rede de abastecimento.

A variação positiva de 7% verificada na rubrica de **CMVMC** justifica-se pelo aumento de água aduzida.

### Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 18% com um resultado negativo de 170 mil euros, explicado pela redução de juros de médio longo prazo associado ao *Project Finance* suportados e comissões associadas ao empréstimo.



## ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço	(em euros)			
	2015	2016	2017	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	5 020 185	4 912 304	5 229 635	6%
Outros	0	161	54 883	34035%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>5 020 185</b>	<b>4 912 465</b>	<b>5 284 518</b>	<b>8%</b>
Créditos a receber	715 102	763 729	1 070 753	40%
Diferimentos	50 620	54 701	68 360	25%
Outros	1 697 026	1 816 803	1 915 016	5%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>2 462 748</b>	<b>2 635 233</b>	<b>3 054 129</b>	<b>16%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>7 482 932</b>	<b>7 547 698</b>	<b>8 338 647</b>	<b>10%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>254 291</b>	<b>608 709</b>	<b>1 460 363</b>	<b>140%</b>
Financiamentos Obtidos	4 406 213	4 523 781	4 177 469	-8%
Dívidas a pagar	509 033	488 149	467 476	-4%
Outros	260 145	251 908	278 757	11%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>5 175 391</b>	<b>5 263 838</b>	<b>4 923 702</b>	<b>-6%</b>
Dívidas a pagar	1 910 252	1 627 485	1 831 848	13%
Financiamentos Obtidos	142 999	47 666	122 734	157%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>2 053 251</b>	<b>1 675 151</b>	<b>1 954 582</b>	<b>17%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 228 641</b>	<b>6 938 989</b>	<b>6 878 284</b>	<b>-1%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>7 482 932</b>	<b>7 547 698</b>	<b>8 338 647</b>	<b>10%</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2017, o montante de 8.339 mil euros.

Os **Ativos não Correntes** aumentam 8% essencialmente pelo registo de ativos intangíveis em curso.

Os **Ativos Correntes** variam 16% contribuindo positivamente o aumento da rubrica de outros créditos a receber, com o reconhecimento de um crédito emitido pela ALVT e que compensa de valores faturados em excesso em exercícios passados.

O **Capital Próprio** aumenta por via da incorporação do resultado positivo verificado em 2017.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2017, o montante de 4.924 mil euros, valor inferior em 6% ao registado no final de 2016, do impacto de redução dos suprimentos dos acionistas.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente do aumento dos saldos em dívida dos fornecedores de investimento – execução do plano de investimentos.



## INDICADORES

Os indicadores revelam o impacto do resultado líquido positivo registado em 2017.

Indicadores	<i>(em euros)</i>			
	2015	2016	2017	Var. %
<b>Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)</b>	<b>52%</b>	<b>58%</b>	<b>58%</b>	<b>0,00 p.p.</b>
<b>Rentabilidade do Ativo (%)</b>	<b>2%</b>	<b>5%</b>	<b>10%</b>	<b>0,06 p.p.</b>
<b>Autonomia Financeira (%)</b>	<b>3%</b>	<b>8%</b>	<b>18%</b>	<b>0,09 p.p.</b>
<b>Solvabilidade (%)</b>	<b>4%</b>	<b>9%</b>	<b>21%</b>	<b>0,12 p.p.</b>



## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2018 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Conclusão das Obras previstas no Plano de Investimento;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água perdida e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Implementação de um sistema de informação geográfica com o enquadramento acionista;
- Operação do Sistema de Telegestão;
- Utilização de nova plataforma para monitorização e acompanhamento de indicadores operacionais em contínuo, com o objetivo de uma gestão mais eficiente dos sistemas;
- Aposta na melhoria contínua em todos os processos implementados na empresa;
- Promoção da confiança e satisfação dos clientes.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Evolução legislativa para o setor, incluindo a cissão dos sistemas multimunicipais;
- Condicionantes externas à normal conclusão do Plano de Investimentos;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2017, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- A Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2017;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2017;
- A sociedade não tem sucursais.



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de 851.654 euros seja transferido para resultados transitados.

### O Conselho de Administração



Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dr. António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 16 de março de 2018

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

BALANÇO

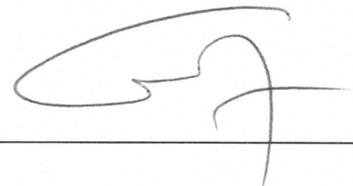
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Quantias em Euros

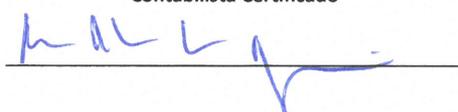
	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	22 108	25 173
Ativos Intangíveis	7	5 207 527	4 887 131
Outros investimentos financeiros		666	161
Outros Ativos Financeiros		54 217	-
		5 284 518	4 912 465
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	39 075	43 732
Clientes	13	590 632	517 442
Outros Créditos a Receber	13.2	480 121	763 729
Diferimentos	15.2	68 360	54 701
Caixa e Depósitos Bancários	4	1 875 942	1 255 629
		3 054 129	2 635 233
<b>Total do Ativo</b>		<b>8 338 647</b>	<b>7 547 698</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.6	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais		24 272	6 551
Resultados Transitados	15.3	(1 360 563)	(1 697 260)
Resultados Líquidos do Período	15.3	851 654	354 418
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>1 460 363</b>	<b>608 709</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	278 757	251 908
Financiamentos Obtidos	13.5	4 177 469	4 523 781
Outras Dividas a Pagar	13.4	467 476	488 149
		4 923 702	5 263 838
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.3	1 059 152	1 184 462
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	97 752	47 489
Financiamentos Obtidos	13.5	122 734	47 666
Outras Dividas a Pagar	13.4	674 944	395 534
		1 954 582	1 675 151
<b>Total do Passivo</b>		<b>6 878 284</b>	<b>6 938 989</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>8 338 647</b>	<b>7 547 698</b>

Conselho de Administração





Contabilista Certificado




Águas da Azambuja, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2017

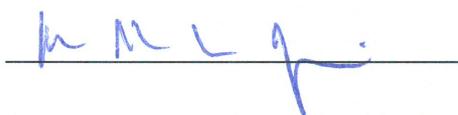
		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	<b>10</b>	3 655 236	3 060 284
Trabalhos para a Própria Entidade	<b>15.10</b>	2 453	1 493
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	<b>9</b>	(921 221)	(860 781)
Fornecimentos e Serviços Externos	<b>15.4</b>	(1 311 357)	(1 181 932)
Gastos com o Pessoal	<b>14</b>	(229 381)	(215 967)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	<b>13.1</b>	(2 750)	45 999
Provisões (Aumentos/Reduções)	<b>11</b>	6 775	33 221
Outros Rendimentos	<b>15.5</b>	370 895	47 091
Outros Gastos	<b>15.6</b>	(258 431)	(131 908)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>1 312 219</b>	<b>797 501</b>
Gastos/Reversões de Depreciação	<b>15.7</b>	(213 805)	(204 263)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>1 098 414</b>	<b>593 238</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		4 326	4 735
Juros e Gastos Similares Suportados	<b>15.9</b>	(174 007)	(211 992)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>928 734</b>	<b>385 981</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	<b>12</b>	(77 080)	(31 563)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>851 654</b>	<b>354 418</b>



Conselho de Administração



Contabilista Certificado




Descrição	Quantias em Euros						
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>1</b>	50 000	1 895 000	-	(1 821 727)	-	131 017	254 291
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>							
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Constituição da Reserva Legal	-	-	6 551	124 466	-	(131 017)	6 551
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	6 551	124 466	-	(131 017)	(6 551)
<b>2</b>							
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(0)
<b>3</b>							
<b>4</b>							
<b>5=3+4</b>							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>							
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
<b>6</b>							
<b>7=1+2+3+4+6</b>	50 000	1 895 000	6 551	(1 697 260)	-	354 418	608 709
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>							
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>							
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Constituição da Reserva Legal	-	-	17 721	336 697	-	(354 418)	17 721
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	17 721	336 697	-	(354 418)	(17 721)
<b>8</b>							
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	0
<b>9</b>							
<b>10</b>							
<b>11=9+10</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>							
<b>12</b>							
<b>13=7+8+9+10+12</b>	50 000	1 895 000	24 272	(1 360 563)	-	851 654	1 460 363
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>							



Conselho de Administração



Contabilista Certificado

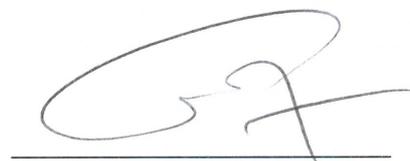
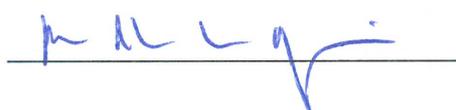
Águas da Azambuja, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	Quantias em Euros	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes	4 587 920	4 030 521
Pagamentos a Fornecedores	(3 381 268)	(3 389 654)
Pagamentos ao Pessoal	(238 153)	(203 276)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>968 498</b>	<b>437 592</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(31 518)	10 434
Outros recebimentos / pagamentos	(149 003)	(43 017)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>787 977</b>	<b>405 008</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(32 327)	(3 862)
Ativos Intangíveis	(276 558)	(55 180)
Outros Ativos	(1 706)	(1 827)
	<b>(310 591)</b>	<b>(60 868)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	-	134
	-	<b>134</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(310 591)</b>	<b>(60 734)</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	223 755	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	125 000	300 000
	<b>348 755</b>	<b>300 000</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(54 217)	(47 666)
Juros e gastos similares	(70 129)	(76 473)
Outras operações de financiamento	(81 483)	-
	<b>(205 829)</b>	<b>(124 139)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>142 926</b>	<b>175 861</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>620 313</b>	<b>520 135</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<b>1 255 629</b>	<b>735 494</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>1 875 942</b>	<b>1 255 629</b>

Conselho de Administração




Contabilista Certificado

Águas da Azambuja, S.A.

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

## 1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

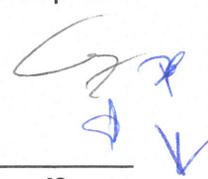
### Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).



De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento obteve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o visto por parte do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2017 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

### 3. Políticas contabilísticas

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

##### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.



As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Depreciação.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

#### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.



Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## **(b) Ativos Intangíveis**

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	4,22%	3,92%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	4,22%	3,92%

O gasto com depreciações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e depreciação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Propriedade Industrial**

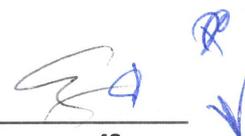
Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A depreciação é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

#### **(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as depreciações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As depreciações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela depreciação dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.



## (c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

### (c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 7% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.



#### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

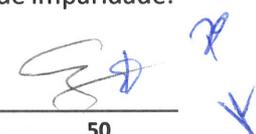
Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou depreciação da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.



A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outros Créditos a Receber**

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Acionistas.

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

#### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.



### **(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

### **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

#### **(h.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### **(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

#### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

#### **(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

### **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:



**(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

O valor constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

**(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

**(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

**(j.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

**(j.3) Outras Dívidas a Pagar**

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Acionistas;
- Outros credores;

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

**(j.4) Outros ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o valor de mercado dos instrumentos derivados usados para a cobertura da taxa de juro.

**(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

**(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro

ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

#### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

#### **(m.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

#### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.



#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### **(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **(o) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (CAP).

#### **(p) Ativos e Passivos Contingentes**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:



- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
    - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
    - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

### (q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3.2 Juízos de valor

### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.



### 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso. O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

#### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



#### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa	500	839
Depósitos à Ordem	1 875 442	1 254 790
	<b>1 875 942</b>	<b>1 255 629</b>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

#### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
<i>Ecobrejo</i>	-	Assistência técnica.
<i>Construções Pragosa</i>	-	Obras de Construção Civil.
<i>Pragosa Ambiente</i>	-	Recolha e transporte de resíduos.



Luságua Lisboa	Material Hidráulico	-
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2017		135 241		250 555	-	-
	2016	-	108 600	-	95 682	851 250	(757 250)
Luságua Serviços Ambientais	2017		140 957		141 664		
	2016	-	22 925	-	24 414	-	-
Ecobrejo	2017		39 783		54 843	-	-
	2016	-	37 133	-	26 662	283 750	(252 750)
Construções Pragosa	2017				55 691		
	2016		10 267	-	0	-	-
Pragosa Ambiente	2017		63 932		16 164		
	2016	-	64 488	-	160 419	-	-
Águas do Lena	2017		120		147		
	2016	-	-	630	-	-	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	32 618	44 633
Total de remunerações	<b>32 618</b>	<b>44 633</b>

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>4 453 683</b>	<b>1 164</b>	<b>888 156</b>	<b>154 774</b>	<b>5 497 778</b>
Aquisições	-	-	-	91 102	91 102
Transferências	50 482	-	-	(50 482)	-
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>4 504 165</b>	<b>1 164</b>	<b>888 156</b>	<b>195 394</b>	<b>5 588 880</b>
Aumentos	135 310	-	-	387 326	522 636
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>4 639 475</b>	<b>1 164</b>	<b>888 156</b>	<b>582 720</b>	<b>6 111 516</b>

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Depreciações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>409 096</b>	<b>1 164</b>	<b>99 513</b>	-	<b>509 772</b>
Depreciações	161 715	-	30 263	-	191 978
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>570 810</b>	<b>1 164</b>	<b>129 775</b>	-	<b>701 750</b>
Depreciações	171 393	-	30 848	-	202 240
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>742 203</b>	<b>1 164</b>	<b>160 623</b>	-	<b>903 990</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2017	<b>3 897 272</b>	-	<b>727 534</b>	<b>582 720</b>	<b>5 207 527</b>
A 31 de Dezembro de 2016	<b>3 933 355</b>	-	<b>758 381</b>	<b>195 394</b>	<b>4 887 131</b>
A 1 de Janeiro de 2016	<b>4 044 588</b>	-	<b>788 644</b>	<b>154 774</b>	<b>4 988 005</b>

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>				
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>57 259</b>	<b>59 719</b>	<b>7 861</b>	<b>124 839</b>
Aumentos	-	5 281	-	5 281
Abates	-	(1 133)	-	(1 133)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>57 259</b>	<b>63 867</b>	<b>7 861</b>	<b>128 987</b>
Aumentos	-	-	8 500	8 500
Abates	-	(2 709)	-	(2 709)
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>57 259</b>	<b>61 158</b>	<b>16 361</b>	<b>134 778</b>
				<b>Total Ativos Tangíveis</b>
<b>Depreciações e Imparidade:</b>				
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>37 053</b>	<b>49 361</b>	<b>6 247</b>	<b>92 660</b>
Depreciações	5 726	5 867	693	12 285
Abates	-	(1 133)	-	(1 133)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>42 779</b>	<b>54 095</b>	<b>6 940</b>	<b>103 813</b>
Depreciações	5 726	3 071	896	9 693
Abates	-	(838)	-	(838)
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>48 505</b>	<b>56 328</b>	<b>7 836</b>	<b>112 669</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>				
A 31 de Dezembro de 2017	<b>8 754</b>	<b>4 830</b>	<b>8 525</b>	<b>22 108</b>
A 31 de Dezembro de 2016	<b>14 480</b>	<b>9 772</b>	<b>921</b>	<b>25 173</b>
A 1 de Janeiro de 2016	<b>20 206</b>	<b>10 358</b>	<b>1 614</b>	<b>32 178</b>



Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2017	2016
6 Contratos de aluguer de viaturas	12.849	34.860
	<b>12.849</b>	<b>34.860</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2017	2016
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	7.620	21.700
Mais de um ano e não mais de cinco anos	5.229	13.160
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>12.849</b>	<b>34.860</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2017	2016
Matérias primas, Subs. e de Consumo	39 075	43 732
	<b>39 075</b>	<b>43 732</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2016	44 032	44 032
Compras	860 819	860 819
Regularização de inventários	(108)	(108)
Existências em 31 de Dezembro de 2016	(43 732)	(43 732)
<b>CMVMC</b>	<b>860 781</b>	<b>860 781</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2017	43 732	43 732
Compras	916 563	916 563
Regularização de inventários	-	-
Existências em 31 de Dezembro de 2017	(39 075)	(39 075)
<b>CMVMC</b>	<b>921 221</b>	<b>921 221</b>



## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2017	2016
Vendas		
Mercadorias	-	1 050
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1 670 421	1 535 862
Quota Serviço Água	607 396	679 246
	<b>2 277 817</b>	<b>2 216 158</b>
Prestações de Serviços		
Diversos	197 902	155 865
Venda de Saneamento	1 179 517	688 260
	<b>1 377 419</b>	<b>844 126</b>
	<b>3 655 236</b>	<b>3 060 284</b>

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2016	260 145	-	260 145
Reversões do ano	(33 221)	-	(33 221)
Ajustamento temporal	24 984		24 984
A 31 de Dezembro de 2016	<b>251 908</b>	-	<b>251 908</b>
A 1 de Janeiro de 2017	251 908	-	251 908
Reversões do ano	(6 775)		(6 775)
Aumentos do ano	-	-	-
Ajustamento temporal	33 623		33 623
A 31 de Dezembro de 2017	<b>278 757</b>	-	<b>278 757</b>

Presentemente decorre uma Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011, com sentença proferida já no ano de 2018, de declaração da extinção da instância requerida pelas Partes, assim como uma injunção também requerida pela mesma extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

Em ambos os processos, a Águas da Azambuja apresentou oposição fundamentada nomeadamente no facto de a Águas do Oeste não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de

Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos.

No âmbito do processo relativo a 2010, a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2015
Imposto Corrente		
IRC do ano	77 080	8 586
	<b>77 080</b>	<b>8 586</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto		
	2017	2016	2017	2016	2015
Resultado antes de impostos	928 734	385 981			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%			
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	208 965	86 846	22,50%	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis					
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	6 775	33 221			
Outros	-	81			
	6 775	33 302	(4,16%)	(5,94%)	(7,45%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais					
Multas, coimas e juros compensatórios	63				
Provisões para além limites legais	45 624	32 447			
	45 687	32 447	(5,11%)	(5,89%)	(5,19%)
Lucro tributável	967 646	385 126			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%			
Imposto calculado	203 206	80 876	21,88%	20,95%	18,89%
Tributação autónoma	1 604	1 523	0,17%	0,39%	1,01%
Derrama	14 515	5 777	1,56%	1,50%	1,35%
Utilização de perdas fiscais	(142 244)	(56 613)	(15,32%)	(14,67%)	(15,10%)
	(126 126)	(49 314)	(13,58%)	(12,78%)	(12,74%)
Imposto sobre o rendimento	<b>77 080</b>	<b>31 563</b>	<b>8,30%</b>	<b>8,18%</b>	<b>6,15%</b>



### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2017	2016
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		658 823	582 883
Imparidade		(68 191)	(65 441)
		590 632	517 442
Outros créditos a receber			
		480 121	763 729
		<b>1 070 753</b>	<b>1 281 171</b>
Instrumentos Financeiros Passivos		2017	2016
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
		4 177 469	4 523 781
Outras dividas a pagar			
		467 476	488 149
		4 644 945	5 011 930
Corrente			
Fornecedores			
		1 059 152	1 184 462
Financiamentos obtidos			
		122 734	47 666
Outras dividas a pagar			
		674 944	395 534
		1 856 830	1 627 662
		<b>6 501 775</b>	<b>6 639 592</b>
Instrumentos Financeiros de Capital		2017	2016
Capital			
		50 000	50 000
Outros instrumentos de capital			
Prestações suplementares			
		1 895 000	1 895 000
		<b>1 945 000</b>	<b>1 945 000</b>

#### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2017	658 823	465 734	100 364	8 082	1 426	2 276	80 941
Ano 2016	582 883	410 474	98 025	4 847	2 079	-	67 458

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2017					
Clientes	65 441	2 750	-	-	68 191
	<b>65 441</b>	<b>2 750</b>	-	-	<b>68 191</b>
Exercício de 2016					
Clientes	111 441	-	-	(45 999)	65 441
	<b>111 441</b>	-	-	<b>(45 999)</b>	<b>65 441</b>

### 13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	110 710	108 282
Saneamento	35 584	35 712
Juros	-	54
Pessoal	11	-
Devedores diversos	330 816	181
Cauções de Fornecedores	3 000	2 000
Acionistas/Sócios	-	617 500
	<b>480 121</b>	<b>763 729</b>

### 13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Fornecedores		
Nacionais	830 056	843 553
Entidades relacionadas	229 096	340 909
	<b>1 059 152</b>	<b>1 184 462</b>

### 13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outras dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	467 476	488 149
	<b>467 476</b>	<b>488 149</b>
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	227 147	47 836
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	30 369	28 258
Juros	129 127	117 614
Fornecimentos e serviços por facturar	2 251	1 800
Diversos	109 064	24 122
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	153 500	152 591
Renda de concessão	23 486	23 277
Diversos	45	37
	<b>674 990</b>	<b>395 534</b>
	<b>1 142 466</b>	<b>883 683</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2017	2016
Não correntes		
Suprimentos		
Aquapor	-	369 375
Ecobrejo	-	123 125
Empréstimos bancários		
CGDI	4 177 469	4 031 281
	<b>4 177 469</b>	<b>4 523 781</b>
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	122 734	47 666
	<b>122 734</b>	<b>47 666</b>

### 13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12 495	12 495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2017:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2 501 002 609 093	CGD	5 000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2 501 004 246 093	CGD	93 000	Obras	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Abertura de Vala EN nº3 Km 5+400 a Km 8+500 - D e F
508 660	Caixa BI	1 000 000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projeção, celebrado com o Banco Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que se mantiveram inalterados no corrente exercício ascendendo a cerca de 2.278.814 Euros.

### 13.8 Outros ativos financeiros

Compreende os seguintes valores:

	2017	2016
Derivados com cobertura "CAP" de taxa de juro	54.217	-
	<b>54.217</b>	<b>-</b>

Associado ao contrato de financiamento da concessão, a Águas da Azambuja, S.A. contratou em 2017 um contrato de Cap Taxa de Juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até ao final do período de reembolso do empréstimo. Nessa data o montante de prémio pago por Águas do Vouga, S.A. foi de 135.700 euros e a taxa de Cap foi fixada nos 2%. A diferença na valorização do Cap a 31 de dezembro de 2017, no montante de 81.483 euros foi registada em resultados.

### 13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:



- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações do Pessoal	176 291	169 763
Encargos sobre Remunerações	37 796	36 894
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 406	1 978
Gastos de ação social	6 100	5 402
Outros gastos com o Pessoal	6 788	1 930
	<b>229 381</b>	<b>215 967</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2017 foi de 10 (2016: 10 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 136	3 123
IVA	14 516	7 767
Imposto do Exercício	77 080	31 563
Contribuição para a Segurança Social	3 992	5 026
Outras Tributações	27	11
	<b>97 752</b>	<b>47 489</b>

### 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 957	1 941
Encargos Bancários	59 930	46 415
Outros	6 473	6 344
	<b>68 360</b>	<b>54 701</b>

### 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	-	(1 821 727)	131 017	(1 690 710)
Alteração de políticas contabilísticas	-	-	-	-
Constituição da Reserva legal	6 551	-	-	6 551
Dividendos	-	-	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	124 466	(131 017)	(6 551)
Resultado do ano	-	-	354 418	354 418
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>6 551</b>	<b>(1 697 260)</b>	<b>354 418</b>	<b>(1 336 291)</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	6 551	(1 697 260)	354 418	(1 336 290)
Constituição da Reserva legal	17 721	-	-	17 721
Dividendos	-	-	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	336 697	(354 418)	(17 721)
Ganhos líquidos em coberturas	-	-	-	-
Resultado do ano	-	-	851 654	851 654
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>24 272</b>	<b>(1 360 562)</b>	<b>851 654</b>	<b>(484 636)</b>

## 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Subcontratos	303 646	232 225
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	786 584	693 609
Publicidade e propaganda	1 593	30
Vigilância e segurança	702	1 216
Honorários	9 692	4 560
Comissões	1 136	1 121
Conservação e reparação	21 601	45 347
Outros Serviços Especializados	2 045	10 213
Materiais		
Ferramentas e utensílios	314	604
Livros e documentação técnica	-	20
Material de escritório	819	1 894
Energia e Fluídos		
Electricidade	17 805	26 608
Combustíveis	13 771	12 489
AGUA	-	-
Outros Fluidos	330	692
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	3 881	1 715
Transportes de Mercadorias	1 015	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	51 389	46 201
Comunicação	49 986	58 888
Seguros	12 580	9 681
Contencioso e notariado	2 017	2 860
Despesas de representação	437	246
Limpeza, higiene e conforto	4 751	4 430
Outros	25 264	27 281
	<b>1 311 357</b>	<b>1 181 932</b>

## 15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
TRH	30 340	26 246
Outros	331 973	465
Ganhos em Inventários		
Rendas e outros Rendimentos de Prop. de Investimento (Nota 12)	81	-
Outros não especificados	8 500	17 956
	<b>370 895</b>	<b>47 091</b>



## 15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	62 798	51 696
Dívidas incobráveis	14 007	77 231
Perdas em Inventários	3 391	2 532
Outros Não Especificados	178 235	449
	<b>258 431</b>	<b>131 908</b>

## 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Gastos de depreciação		
Ativos Fixos Tangíveis	11 565	12 285
Ativos Intangíveis	202 240	191 977
	<b>213 805</b>	<b>204 263</b>

## 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	-	184
Atraso de pagamento de clientes	4 326	4 552
	<b>4 326</b>	<b>4 735</b>

## 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	55 095	71 760
Empresas de grupo	11 488	11 763
Mora e Compensatórios	4 481	13 978
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	10 968	67 002
Serviços Bancários	9 977	1 454
Comissões Garantias	11 043	10 534
IPC Renda Concedente	3 022	2 531
Outros	67 933	32 971
	<b>174 007</b>	<b>211 992</b>

### 15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	2 453	1 493
	<b>2 453</b>	<b>1 493</b>

### 16. Aspetos Ambientais

Em 2017 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2017 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

### 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março de 2017.

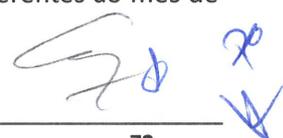
Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2017 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

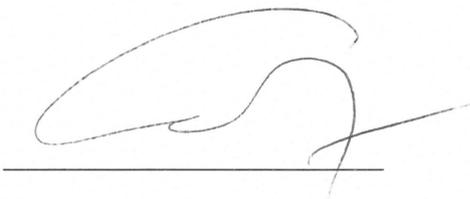
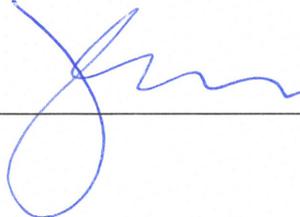
### 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

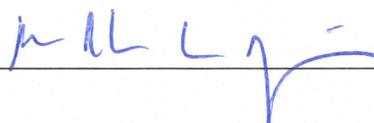
- Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2018, nos prazos legais.



Conselho de Administração



Contabilista Certificado



## **Certificação Legal das Contas**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 8.338.647 euros e um total de capital próprio de 1.460.363 euros, incluindo um resultado líquido de 851.654 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

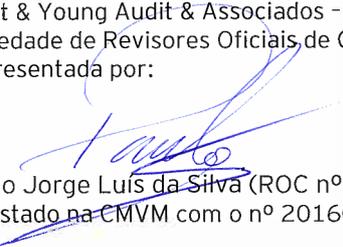
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros [se existentes];
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944